

# EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS DOS PAÍSES LATINO-CARIBENHOS

Júlio César de Oliveira\*

**Resumo:** Este artigo examina o desempenho do índice de desenvolvimento humano (IDH) brasileiro, bem como seus indicadores de saúde, educação e renda, ao longo dos relatórios de desenvolvimento humano publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O trabalho também realiza um comparativo entre a evolução do IDH do Brasil com o dos países latino-caribenhos, com base em um conjunto de estatísticas e metodologia passível de comparação de acordo com o relatório de desenvolvimento humano de 2003.

**Palavras-chave:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Desenvolvimento Humano no Brasil, América Latina e Caribe.

**Abstract:** This paper examines the behavior of the Brazilian human development index (HDI), and studies its indicators of health, education and income the Human Development Reports (HDRs) published by the United Nations Development Programme (UNDP). It also examined the tendencies of the human development by 2003 reports, comparing the Brazilian index with Latin America and the Caribbean countries, according to identical statistics and same procedures for the calculations of the Human Development Index.

**Keywords:** Human Development Index (HDI); United Nations Development Programme (UNDP); Brazilian, Latin America and the Caribbean Human Development.

**JEL:** I31; e ou O10; e ou R11.

## 1 – Introdução

O último Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em oito de julho de dois mil e três, conferiu ao Brasil como o país que galgou mais posições na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1975. Ao longo do período até o presente relatório o Brasil conquistou dezesseis posições, levando o país à sexagésima quinta colocação, entre os cento e setenta e cinco países para os quais as estatísticas são realizadas periodicamente.

Este artigo tem como objetivo explicar o desempenho do IDH brasileiro ao longo dos relatórios do PNUD. Na primeira seção serão analisados a caracterização dos parâmetros e os procedimentos metodológicos utilizados para os indicadores componentes do IDH. Na segunda parte avaliar-se-á a evolução do IDH do Brasil e de seus indicadores, de acordo com as alterações metodológicas desde o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano até a última publicação. Na última parte, analisar-se-á o desempenho do IDH do Brasil em relação aos dos

---

\* Professor Adjunto do Curso de Graduação em Economia da UFRGS e Doutor em Economia pelo curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.

países latino-caribenhos, com base em um conjunto de estatísticas e metodologia passível de comparação de acordo com o relatório de 2003 do PNUD.

## **2 – Características da metodologia de cálculo do IDH.**

O Relatório de Desenvolvimento Humano tem procurado, desde sua primeira publicação em 1990, pelas Nações Unidas, avaliar o bem-estar social nos diferentes países onde são realizadas as análises, utilizando-se além do PIB *per capita*, indicadores sociais como a esperança média de vida e a alfabetização. O índice de desenvolvimento humano (IDH) busca mensurar as realizações médias de um país por meio de uma medida que permita quantificar o acesso a uma vida prolongada e saudável, à educação e aos recursos necessários para uma vida decente. O IDH resulta, portanto, da combinação de três dimensões básicas: saúde, educação e renda. A saúde está expressa pela esperança de vida ao nascer; o nível de educação encontra-se representado através da combinação da taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais), com uma ponderação de  $2/3$ , e pela taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade, com ponderação de  $1/3$ ; e a renda *per capita* está mensurada pelo PIB real *per capita* expresso em dólares PPC (paridade do poder de compra).

A expectativa de vida ao nascer, utilizada no cálculo do IDH, além de mensurar a longevidade esperada, é considerada o melhor indicador da saúde de uma nação. Esse indicativo informa o número de anos que uma criança recém-nascida viveria caso os padrões de mortalidade se mantivessem constantes ao longo de sua vida. As estimativas desse indicador provêm da Divisão da População das Nações Unidas (*World Population Prospects*).

O nível de educação de um país é medido pela combinação ponderada da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino. A taxa de alfabetização de adultos expressa em porcentagem, representa o número de pessoas com 15 anos ou mais de idade que são capazes de ler e escrever um bilhete simples em sua língua nativa, dividido pelo total de pessoas com 15 ou mais anos no ano de referência. A taxa combinada de matrículas, por sua vez, expressa também em porcentagem, representa o somatório das pessoas com idades entre 7 e 22 anos, matriculadas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior), dividido pelo número de total de pessoas, relativamente a essa faixa etária, no ano de referência. As estatísticas das variáveis que compõem esse indicador advêm da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O indicador de renda, mensura a renda da população em seu próprio país através do PIB *per capita* expresso em dólares PPC (paridade do poder de compra), para refletir o poder de compra das moedas de cada país. A fonte dos dados do PIB *per capita* em dólares PPC, utilizada

para o cálculo do IDH, é do Banco Mundial (*World Development Report*). O Banco Mundial utiliza-se a paridade do poder de compra do dólar norte-americano como fator de conversão dos dados expressos em diferentes moedas nacionais para permitir comparações entre países, em vez das taxas de câmbio. Segundo Romão (1993), o PIB *per capita* foi corrigido para exprimir a paridade do poder de compra da moeda, de sorte a permitir maior aproximação ao real poder aquisitivo da unidade monetária da cada país.

O IDH, portanto, reflete a construção de um índice sintético com três dimensões de qualidade de vida. No entanto, a ONU reconhece que o ideal seria refletir todos os aspectos da vida humana. Os motivos apresentados pelas Nações Unidas para o cômputo de apenas três dimensões no cálculo do IDH, são devidos, basicamente, a três fatores. O primeiro refere-se a atribuição de pesos aos diferentes componentes do IDH, envolvendo, portanto, algum grau de arbitrariedade que se torna mais difícil à medida que aumenta o número de dimensões. O segundo consiste na indisponibilidade de dados estatísticos para um conjunto mais abrangente de informações em certos países. O último fundamenta-se na existência de indicadores sobrepostos aos considerados na formulação do IDH, como exemplo, a mortalidade infantil que já está refletida na expectativa de vida. A grande vantagem do IDH, por conseguinte, é exigir poucos dados, que são de existência quase universal.

O processo de construção deste índice sintético é relativamente simples. A metodologia adotada para o cálculo do IDH, formulada pelo PNUD, desdobra-se em três etapas. Na primeira, são escolhidos os indicadores a serem utilizados e sua forma de agrupamento. No caso específico do IDH utilizam-se quatro indicadores agrupados em três blocos (Saúde, Educação e Renda).

A segunda etapa consiste em expressar os diferentes indicadores em unidades comparáveis através de índices parciais, definindo os piores e os melhores resultados possíveis para cada indicador. Os limites mínimo e máximo de cada indicador do IDH foram arbitrados *a priori* pelo PNUD, representando valores observados ou esperados em um período de 60 anos, ou seja, os mínimos, retroagiram 30 anos, e os máximos avançaram 30 anos em relação a uma dada dimensão. Os limites mínimos e máximos, vigentes atualmente para cada indicador foram estabelecidos a partir do relatório de 1995 e estão expostos na Tabela 1.

**Tabela 1:** Valores mínimos e máximos dos indicadores de saúde, educação e renda do IDH.

Indicador	Valor Mínimo	Valor Máximo	Unidade
Esperança de vida ao nascer	25	85	Anos
Taxa de Alfabetização de adultos	0	100	%
Taxa combinada de matrículas	0	100	%
PIB <i>per capita</i>	0	40.000	Dólar PPC

Fonte de dados brutos: Relatório de Desenvolvimento Humano (1995).

De acordo com o valor observado para cada indicador e seus respectivos limites, obtém-

se os índices parciais através da razão entre o valor observado de cada país deduzido do limite inferior e o limite superior deduzido do inferior para as três dimensões de indicadores do IDH. Em resumo, a equação geral é obtida por: Índice  $ij = (\text{Valor observado } ij - \text{Valor i.mínimo}) / (\text{Valor i.máximo} - \text{Valor i.mínimo})$ , onde o índice  $ij$  corresponde ao valor do indicador  $i$  verificado no país  $j$ . Os índices obtidos por essa razão estarão no intervalo entre zero e a unidade, desde que os valores efetivamente observados para cada indicador estejam dentro dos limites previamente estabelecidos. Em outros termos, quanto mais próximo o valor observado estiver do limite máximo, o índice tenderá ao valor unitário, ou seja, a melhor situação. No outro extremo, quando o valor observado se aproximar do limite mínimo, o índice tenderá para zero, que é a pior situação.

A terceira e última etapa de construção do índice envolve a escolha dos pesos a serem atribuídos a cada bloco de indicadores e para cada um dos indicadores que compõem o bloco. No caso específico do IDH, foram atribuídos para as três dimensões pesos iguais, ou seja,  $1/3$  para cada uma, o que significa atribuir igual importância a cada dimensão. No entanto, dentro do bloco educação foi atribuída uma ponderação de  $2/3$  à taxa de alfabetização de adultos, e uma ponderação de  $1/3$  à taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino.

Dessa forma, o cálculo do IDH consiste numa média aritmética simples dos três dimensões definidas anteriormente. Isso equivale dizer que o IDH é apurado para cada país a partir da média de seus índices parciais de saúde, educação e renda. O resultado final obtido pelo IDH permite classificar os países em três categorias: alto, médio e baixo desenvolvimento humano, de acordo com o valor do índice calculado<sup>1</sup>. Feitas essas considerações sobre a estrutura de cálculo do IDH, passa a análise crítica da evolução do IDH do Brasil e os efeitos das alterações metodológicas nos indicadores brasileiros.

### **3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil**

Desde que foi publicado pela primeira vez pelo relatório sobre o desenvolvimento humano do PNUD, em 1990, o IDH do Brasil apresentou sempre um comportamento um tanto oscilatório. O índice ora se situava no grupo dos países considerados com médio e ora no grupo dos países com alto grau de desenvolvimento humano. Para melhor esclarecimento da performance do índice brasileiro algumas considerações se fazem necessárias.

Além da série de alterações metodológicas, ocorridas ao longo dos relatórios, que foram as grandes responsáveis pelo comportamento pendular do índice brasileiro, observa-se o fato de ser o IDH um índice basicamente estrutural. Os indicadores que entram em na sua construção,

---

<sup>1</sup> A classificação do país, de acordo com o valor do IDH, ficou estabelecida nos seguintes intervalos, sendo considerados como: baixo (de 0 a 0,49); médio (acima de 0,5 até 0,79); e alto desenvolvimento humano (acima de 0,8 até 1,0).

exceto o poder de compra da renda *per capita*, não apresentam variações muito significativas, de um ano para outro. No curto prazo, o IDH, portanto, não reflete às sensíveis melhorias ou deteriorações no desempenho dos indicadores sociais do País. O grau de sensibilidade, por exemplo, da expectativa de vida ou da taxa de alfabetização às oscilações da conjuntura econômica de um determinado país num dado ano a outro, é muito pequeno. Entretanto, quando se analisa a evolução dos indicadores sociais no longo prazo as variações se tornam relevantes.

**Tabela 2:** Indicadores, índices, IDH e classificação do desenvolvimento humano no Brasil (1990 – 2003).

Relatórios (RDH)			Indicadores, Índices e IDH do Brasil								
Ano dos relatórios	ranking do Brasil	Número de Países	Esperança de vida (anos)	Índice de Saúde	Taxa de alfabetização (%)	Taxa de matrículas (%)	Índice de Educação	PIB Real (US\$ PPC)		Índice de Renda	IDH do Brasil
								<i>per capita</i>	<i>per capita</i> ajustado		
1990 <sup>2</sup>	80º	130	65,0	<b>0,650</b>	78,0	-	<b>0,740</b>	4.307	-	<b>0,963</b>	<b>0,784</b>
1991 <sup>3</sup>	60º	160	65,6	<b>0,645</b>	78,5	3,3*	<b>0,726</b>	4.620	4.620	<b>0,905</b>	<b>0,759</b>
1992 <sup>4</sup>	59º	160	65,6	<b>0,645</b>	81,1	3,9*	<b>0,623</b>	4.951	4.851	<b>0,952</b>	<b>0,739</b>
1993 <sup>5</sup>	70º	173	65,6	<b>0,645</b>	81,1	3,9*	<b>0,623</b>	4.718	4.718	<b>0,924</b>	<b>0,730</b>
1994 <sup>6</sup>	63º	173	65,8	<b>0,680</b>	82,1	4,0*	<b>0,637</b>	5.240	5.142	<b>0,953</b>	<b>0,756</b>
1995 <sup>7</sup>	63º	174	66,3	<b>0,688</b>	81,9	70	<b>0,779</b>	5.240	5.142	<b>0,943</b>	<b>0,804</b>
1996 <sup>8</sup>	58º	174	66,5	<b>0,692</b>	82,4	72	<b>0,789</b>	5.500	5.500	<b>0,909</b>	<b>0,796</b>
1997 <sup>9</sup>	68º	175	66,4	<b>0,690</b>	82,7	72	<b>0,791</b>	5.362	5.362	<b>0,872</b>	<b>0,783</b>
1998 <sup>10</sup>	62	174	66,6	<b>0,693</b>	83,3	72	<b>0,795</b>	5.982	5.982	<b>0,938</b>	<b>0,809</b>
1999 <sup>11</sup>	79º	174	66,8	<b>0,700</b>	84,0	80	<b>0,830</b>	6.480	-	<b>0,700</b>	<b>0,739</b>
2000 <sup>12</sup>	74º	174	67,0	<b>0,700</b>	84,5	84	<b>0,840</b>	6.625	-	<b>0,700</b>	<b>0,747</b>
2001 <sup>13</sup>	69º	162	67,5	<b>0,710</b>	84,9	80	<b>0,830</b>	7.037	-	<b>0,710</b>	<b>0,750</b>
2002 <sup>14</sup>	73º	173	67,7	<b>0,710</b>	85,2	80	<b>0,830</b>	7.625	-	<b>0,720</b>	<b>0,757</b>
2003 <sup>15</sup>	65	175	67,8	<b>0,710</b>	87,3	95	<b>0,900</b>	7.360	-	<b>0,720</b>	<b>0,777</b>

Fonte: relatórios de desenvolvimento humano (PNUD: 1990 –2003).

(1) Os anos assinalados na tabela referem-se às publicações dos relatórios de desenvolvimento humano, e não aos anos das estimativas das variáveis que os compõem.

<sup>2</sup> As estatísticas da esperança de vida e do PIB real *per capita* se referem ao ano de 1987, os da educação a 1985. A linha de pobreza ficou calculada em US\$ 4.861. O IDH consiste numa média aritmética dessas três dimensões subtraídas da unidade.

<sup>3</sup> Os dados da esperança de vida referem-se a 1990; os da taxa de alfabetização a 1985, e da escolaridade média a 1980. No índice de educação usa-se o indicador anos médios de escolaridade (valores com asterisco) medido em anos, em vez da taxa combinada de matrículas. O PIB *per capita* corresponde à média dos anos de 1985-88, sendo a linha de pobreza fixada em US\$ 4.829.

<sup>4</sup> Tanto a esperança de vida quanto à educação referem-se ao ano de 1990. O PIB *per capita*, por sua vez, corresponde ao ano de 1987, sendo o umbral de pobreza fixado em US\$ 4.829.

<sup>5</sup> O PIB *per capita*, ajustado pela linha de pobreza, refere-se ao ano de 1990.

<sup>6</sup> Todas as informações estatísticas referem-se ao ano de 1992, exceto o PIB *per capita* que diz respeito a 1991, e o valor limiar da renda *per capita* média mundial foi igual a US\$ 5.120.

<sup>7</sup> O nível de educação passou a ser a taxa de matrículas combinadas nos três níveis de ensino em vez da escolaridade média.

<sup>8</sup> Todas as estatísticas foram tomadas para o ano de 1993, sendo o limiar da renda média mundial igual a US\$ 5.711.

<sup>9</sup> O referencial utilizado para todas informações foi o ano de 1994, sendo US\$ 5.835 o limite médio mundial da renda.

<sup>10</sup> As estatísticas usadas foram para o ano de 1995, sendo a renda mundial limiar US\$ 5.990.

<sup>11</sup> Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1997.

<sup>12</sup> Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1998.

<sup>13</sup> Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 1999.

<sup>14</sup> Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 2000, exceto a taxa de matrículas que se refere aos dados do ano de 1999.

<sup>15</sup> Todas as estatísticas utilizadas referem-se ao ano de 2001, exceto a taxa de matrículas que se refere aos dados do ano de 2000/01. Para alguns países as taxa de matrículas referem-se aos dados da UNESCO, e outros a estimativas dos próprios países.

(2) Como resultado de revisão dos dados e da metodologia, os valores dos índices de desenvolvimento humano brasileiro não devem ser comparáveis com os relatórios de desenvolvimento anteriores.

Essa constante irregularidade no valor do IDH brasileiro, conforme pode ser verificada pela Tabela 2, foi devida, quase exclusivamente, às mudanças metodológicas, sobretudo, no índice de renda, que sofreu diversos ajustes na sua formulação de cálculo. Por essa razão, não irá se comparar à evolução do IDH ao longo dos relatórios, mas sim explicar o comportamento das variáveis e do próprio índice do Brasil no período analisado pelas publicações do PNUD.

Em relação à expectativa de vida do povo brasileiro, pode-se dizer que este indicador sofreu variações não muito significantes, tanto em termos absolutos quanto relativos, ao longo dos relatórios. A esperança de vida ao nascer que era igual a 65 em 1990 passou para 67,8 anos, em 2003, correspondendo a um acréscimo de apenas 4,15% na vida média do povo brasileiro. Ressalta-se ainda que a suave melhoria no indicador de longevidade, a partir de 1995, deveu-se a alterações dos limites (superior e inferior) atribuídos a este indicador, e não ao desempenho deste. Pode-se concluir, portanto, que a expectativa de vida pouco contribuiu para justificar as modificações do valor do IDH do Brasil.

No tocante à contribuição da educação, a composição deste índice foi alterada no relatório de 1995, ficando o indicador de escolaridade média substituído pela taxa combinada de matrículas do ensino básico, intermediário e superior, por razões de qualidade estatística. Embora os índices de educação levantados para os países nesse relatório não sejam comparáveis aos seus valores computados nos anos anteriores, pois os parâmetros utilizados não são os mesmos, não se pode deixar de destacar a consequência dessa alteração metodológica, que elevou a classificação do Brasil na escala de desenvolvimento humano em nível mundial.

Trançando-se um comparativo entre a escolaridade média e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino pode-se verificar a elevação no índice de educação. Como o indicador de escolaridade média no Brasil, no relatório de 1994, era de quatro anos, sendo sete o limite máximo desta escala, sua contribuição no índice de educação correspondia, portanto, apenas 57% no valor total deste indicador. Por outro lado, no relatório de 1995, a contribuição referente à taxa combinada de matrícula bruta no Brasil foi de 70%, que é bem superior a da escolaridade média do Brasil. Desse modo, a situação relativa do Brasil, em termos de educação, foi beneficiada com a mudança de metodologia. Acabou elevando-se o índice de educação de 0,637 para 0,779, que correspondeu a exatamente um acréscimo na ordem de 22,3% no valor desse índice.

Este aumento, por sua vez, foi o grande responsável pela elevação do IDH do Brasil, uma vez que o índice saúde aumentou apenas 1,18% e o índice renda sofreu uma suave queda de 1,05%. O resultado final disto acarretou na classificação do País, em 1995, pela primeira vez, no

grupo dos países considerados com elevado grau de desenvolvimento humano. Este fato foi considerado surpreendente no meio científico e político mundial, devido aos inúmeros problemas sociais existentes no País, tais como elevada miséria, concentração de renda, precariedade dos serviços públicos, entre outros.

No que diz respeito às alterações no cálculo da renda pode-se atribuir a maior parte das variações sofridas pelo IDH do Brasil a este indicador. Para começar a queda do valor do IDH do Brasil da 59ª posição, em 1992, para a 70ª, em 1993, interpretada como deterioração da qualidade de vida do povo brasileiro entre esses dois anos, não passou de um simples artifício metodológico. Conforme salientou Rodrigues (1994), embora tenha realmente ocorrido uma queda no bem-estar social do País, segundo a análise de indicadores conjunturais, o IDH, como está configurado, seria incapaz de refleti-lo, mesmo que os dados empregados no seu cômputo fossem atualizados anualmente. O rebaixamento do Brasil ocorreu, não pelos indicadores de esperança de vida nem pelos de educação, pois conforme pode ser visto na Tabela 2 foram utilizados os mesmos valores destes no cálculo dos IDHs desses dois anos. Desse modo, conclui Rodrigues, o decréscimo ocorreu devido à inclusão de 11 repúblicas da extinta URSS<sup>16</sup> e da exclusão da Albânia e da Iugoslávia que antes estavam mais bem classificadas do que o Brasil.

Novamente, a súbita elevação do bem-estar social no Brasil que ascendeu de 70º lugar, no relatório de 1993, para 63º, em 1994, só foi possível devido ao indicador de renda. Assim, segundo o PNUD, o PIB real *per capita* brasileiro (com paridade de poder de compra) subiu de US\$ 4.718 (dado de 1990) para US\$ 5.240 (dado de 1991), representando uma significativa elevação de 11,1%. Entretanto, esse resultado para o Brasil deve ser visto com ressalvas, porque a boa performance detectada pelo PNUD, neste período, refletiu apenas o resultado metodológico da conversão cambial do PIB *per capita* da moeda nacional para dólares, não constituindo uma melhoria real. Além disso, observa Rodrigues (1994), o acréscimo da renda constado pelo PNUD, entra em contradição com os dados das PNADs do IBGE que apontam para uma queda de 0,8% na renda média do brasileiro entre 1990 e 1991. Salienta-se, ainda, que a queda dos indicadores de renda de alguns países ajudou a colocar o Brasil naquela posição.

Outra vez a ascensão no bem-estar da população brasileira, medida através do seu IDH, pode ser creditada novamente ao indicador renda. O índice passou de 68º lugar, no relatório de 1997, para 62º, no de 1998, atingindo o mais alto valor de IDH já obtido pelo País, sendo igual a 0,809. Mais uma vez, o Brasil volta a pertencer ao grupo dos países considerados de alto desenvolvimento humano. Conforme pode ser constatado na Tabela 2, tanto o indicador de saúde, quanto o do nível de educação, não sofreram acréscimos significativos nesses dois anos

---

<sup>16</sup> As onze repúblicas incluídas da antiga URSS foram as seguintes: Lituânia, Estônia, Letônia, Bielorrússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Cazaquistão, Azerbaijão, Moldávia e Turquemenistão.

em questão. O PIB real *per capita* do Brasil, por seu turno, passou de US\$ 5.382 (estatística de 1994) para US\$ 5.982 (estatística de 1995), que correspondeu um aumento substancial na ordem de 11,15%. Ainda que tenha efetivamente acontecido à elevação no bem-estar social, pois este período reflete justamente o início do Plano Real, que trouxe uma certa melhoria na renda *per capita* do País, conforme aponta a análise de indicadores conjunturais, o IDH não conseguiria capturá-la a tempo. Devido ao modo de como seu cálculo está conformado, este resultado não apareceria no primeiro instante. Por essa razão, assinala-se que o aumento do IDH foi resultante de alterações cambiais da conversão do PIB *per capita* em real para o valor em dólares com paridade do poder de compra, refletindo apenas as flutuações conjunturais da economia.

O IDH do relatório de 1999, por sua vez, apresentou uma acentuada queda na qualidade de vida da população do Brasil, provocada, exclusivamente, pela modificação do critério metodológico da renda. A nova metodologia de cálculo do PIB *per capita* considerava que para países com nível de renda *per capita* próximos ao brasileiro, a renda seria menos relevante do era no método anterior<sup>17</sup>, e por isso descontaria todo rendimento e não apenas a parcela da renda acima da média<sup>18</sup> mundial. De acordo com Paulani e Braga (2000), o novo método de cálculo tornou a classificação do Brasil mais realista, ajustando de maneira mais sensata o peso da variável renda no cômputo do índice. Desse modo, o IDH do Brasil caiu do 62º lugar, em 1998, para 79º, em 1999, deslocando o País 15 posições abaixo no *ranking* mundial, e colocando-o, novamente, para o grupo de países considerados de médio desenvolvimento humano.

O relatório de 2000, em contrapartida, mostrou uma suave elevação no valor do IDH do País em relação ao anterior, na ordem de 1,08%. Essa variação foi devida basicamente ao índice educação, uma vez que os índices renda e saúde não sofreram nenhuma alteração. Desse modo, o índice de educação foi o único responsável pela elevação na classificação mundial do IDH do País para a 74ª colocação.

A tendência de ligeira melhoria no IDH brasileiro voltou a ser confirmada pelo relatório seguinte, fazendo com que o País avançasse cinco colocações no *ranking* mundial de 2001. Esse fato tem duas explicações distintas. A primeira se refere à variação do IDH que foi devida exclusivamente a elevação do índice renda, uma vez que os índices educação e saúde obtiveram variações inexpressivas. A outra diz respeito à nova classificação do Brasil que ocorreu graças à supressão de doze países<sup>19</sup> nesse relatório, já que o índice brasileiro obteve uma leve elevação.

---

<sup>17</sup> Gormely (1995), Islam (1995), Acharya e Wall (1994) argüiram que o método de estimação da contribuição da renda *per capita* no IDH era inapropriado porque superestimava a contribuição da renda no desenvolvimento humano.

<sup>18</sup> O PIB médio mundial *per capita* representava, por convenção, o limite a partir do qual eram ajustados os valores mais elevados do PIB *per capita* em dólares PPC dos diferentes países.

<sup>19</sup> Os países que não constaram desse relatório foram: Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Granada, Ilhas Salomão, Iraque, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Tomé e Príncipe, São Vicente e Grenadinas, Seychelles e Vanuatu.



O relatório de 2002 manteve a tendência de suave ascendência do IDH do Brasil, sendo puxada novamente pelo indicador de renda. Apesar dos pequenos progressos na taxa de alfabetização de adultos e na esperança de vida ao nascer, esses não foram suficientes para avançar os índices brasileiros das dimensões de saúde e educação. O que determinou a melhora do IDH brasileiro foi o crescimento da renda *per capita* ajustada pelo poder de compra. Entretanto, o país volta praticamente para a mesma classificação de 2000 no *ranking* mundial (73ª colocação), com o retorno de onze nações no universo dos países analisados, pois seis<sup>20</sup> delas se encontraram à frente do Brasil. Dessa forma, poderia ser deduzido um acréscimo do padrão de renda *per capita* da população brasileira entre o período de 1999 a 2000. No entanto, este fato não parece ser compatível com a queda do poder de compra apontada por diversos organismos nacionais.

Finalmente, o relatório de 2003 exibiu uma acentuada melhoria no IDH brasileiro ocasionada, mais uma vez, pelas alterações estatísticas de dados. As variações dos indicadores de saúde (esperança de vida) e de renda (PIB real *per capita*) mantiveram os respectivos índices nos mesmos patamares. Desta vez o grande responsável pelo aumento do IDH brasileiro foi o índice de educação. A elevação do índice brasileiro foi decorrente da taxa de matrículas brutas. A UNESCO, responsável pelos indicadores de educação, passou a adotar informações referentes à taxa de matrícula bruta observadas pelos governos dos próprios países. No caso brasileiro, isso implicou em uma elevação de 8,43% no índice de educação, que, por sua vez, ocasionou um significativo aumento no IDH, levando o País para a 65ª colocação, passando a frente de diversos países do continente latino-americano, conforme análise verificada na próxima seção do artigo.

#### **4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil em relação aos dos países da América Latina e Caribe.**

Devido às sucessivas revisões nos dados e na metodologia do IDH, conforme observado anteriormente, os valores e as ordenações do IDH do Brasil não são comparáveis entre as edições dos relatórios de desenvolvimento humano do PNUD. Está constatação remete a análise elaborada pela Tabela 3, que apresenta a evolução do IDH do Brasil e dos países latino-caribenhos nos últimos vinte e seis anos segundo o relatório de 2003, baseados em um conjunto de estatísticas e procedimentos metodológicos comparáveis entre si, de acordo com a metodologia vigente.

Em relação à evolução do desenvolvimento humano, nos últimos vinte e seis anos, pode-se separar os países em três grupos distintos: os que obtiveram taxas de crescimento muito

---

<sup>20</sup> São Cristóvão e Nevis, Seychelles, Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica e Santa Lúcia.

acima da média dos países da América Latina e Caribe; os que cresceram a taxas ligeiramente superior a média; e os que tiveram taxas de crescimento abaixo da média. No primeiro grupo estão Bolívia, Honduras, Guatemala, Brasil e El Salvador, cujas taxas foram superiores a vinte por cento no período. No segundo grupo encontram-se República Dominicana, Peru, México, Equador e Colômbia, com taxas de crescimento entre dezesseis e dezoito por cento. Os demais países se encontram no último grupo, com taxas abaixo de quatorze por cento no período em questão.

**Tabela 3:** Tendências comparáveis do IDH do Brasil e Países Seleccionados (1975 – 2001).

Países da América Latina e Caribe	IDH					
	1975	1980	1985	1990	1995	2001
<b>IDH Médio dos países latino-caribenhos</b>	<b>0,668</b>	<b>0,684</b>	<b>0,697</b>	<b>0,714</b>	<b>0,733</b>	<b>0,759</b>
Barbados	0,802	0,823	0,835	0,849	0,855	0,888
Argentina	0,784	0,797	0,804	0,807	0,829	0,849
Uruguai	0,756	0,775	0,779	0,799	0,814	0,834
Costa Rica	0,749	0,774	0,776	0,794	0,815	0,832
Chile	0,700	0,735	0,752	0,780	0,811	0,831
Bahamas	–	–	–	–	–	0,812
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	0,808
Cuba	–	–	–	–	–	0,806
Trinidad e Tobago	0,733	0,765	0,784	0,787	0,788	0,802
México	0,684	0,729	0,748	0,757	0,771	0,800
Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	0,798
Panamá	0,710	0,729	0,744	0,745	0,768	0,788
Colômbia	0,667	0,696	0,711	0,731	0,758	0,779
Brasil	0,643	0,678	0,691	0,712	0,738	0,777
Belize	–	0,709	0,717	0,749	0,768	0,776
Dominica	–	–	–	–	–	0,776
Santa Lúcia	–	–	–	–	–	0,775
Venezuela	0,715	0,729	0,737	0,755	0,765	0,775
Suriname	–	–	–	–	–	0,762
Jamaica	0,690	0,693	0,695	0,723	0,736	0,757
São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	0,755
Peru	0,639	0,668	0,691	0,702	0,729	0,752
Paraguai	0,674	0,708	0,714	0,726	0,744	0,751
Guiana	0,686	0,689	0,680	0,687	0,711	0,740
Granada	–	–	–	–	–	0,738
República Dominicana	0,625	0,654	0,675	0,683	0,703	0,737
Equador	0,627	0,672	0,694	0,704	0,720	0,731
El Salvador	0,595	0,595	0,614	0,653	0,692	0,719
Bolívia	0,511	0,546	0,573	0,598	0,631	0,672
Honduras	0,522	0,571	0,603	0,626	0,648	0,667
Guatemala	0,514	0,551	0,563	0,587	0,617	0,652
Nicarágua	–	–	–	–	–	0,643
Haiti	–	0,446	0,461	0,457	0,456	0,467
<b>IDH Médio de todos os países</b>	<b>0,597</b>	<b>0,634</b>	<b>0,648</b>	<b>0,666</b>	<b>0,676</b>	<b>0,697</b>

Fonte dados brutos: Relatório de Desenvolvimento Humano (2003).

(1) Os valores do IDH foram calculados utilizando metodologia e séries temporais de dados consistentes entre si.

(2) Apesar dos relatórios do PNUD começarem a se publicados somente a partir de 1990, o ano mais cedo para o qual existem todos dados disponíveis para o IDH é o de 1975.

(3) Os anos demarcados na tabela referem-se exatamente às estimativas das variáveis que compõem o IDH.

(4) São exatamente 33 países da América Latina e Caribe que constam no relatório do PNUD.

Conforme pode ser observado pela Tabela 3, a grande parte dos países que atingiu taxas de crescimento inferiores à média possuem índices de desenvolvimento humano mais elevados dentre os países latino-caribenhos. Em contrapartida, os países que conquistaram as maiores taxas de crescimento, exceto o Brasil, possuem os menores índices de desenvolvimento humano do continente.

Diante desse panorama histórico, constata-se que o IDH do Brasil experimentou considerável melhoria durante todo período. Mais especificamente, a análise do IDH revela, por um lado, uma contínua elevação ao longo das décadas, por outro, mostra que essa performance foi mais acentuada, sobretudo, a partir última década, cujo valor desse índice alcançou o terço superior do intervalo de classificação dos países como médio grau de desenvolvimento social, o que aproximou o país do limiar que separa os países em desenvolvimento dos desenvolvidos.

Além disso, pode ser ressaltado que o índice de desenvolvimento brasileiro apresentou maior intervalo de variação de valores absolutos no último decênio. Em outras palavras, o IDH apresentou, no período de 1980-90, uma variação de 0,034 (0,678 para 0,712) em termos absolutos, contra 0,065 (0,712 para 0,777) em relação ao período subsequente. Em termos relativos, a taxa de crescimento do IDH brasileiro foi de 9,13% no último período (1990-01), e apenas 5,01% no período antecedente (1980-90).

Assinala-se ainda, conforme Tabela 3, que o IDH brasileiro manteve-se acima, em todo período, do IDH médio de todos os países do mundo. Entretanto, essa constatação não se verifica em relação aos países da América Latina e Caribe. O IDH do Brasil foi ligeiramente inferior à média dos países latino-caribenhos em quase todo os anos, ultrapassando essa média apenas no último ano, dado o elevado desempenho humano inicial de vários países nesse continente (Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, entre outros) em relação ao Brasil.

Em relação as três dimensões que compõem o IDH (renda, educação e longevidade), verifica-se que esta última foi a de menor contribuição para a elevação do índice do País. Em contrapartida, a dimensão educação, que reflete as condições de alfabetização e matrículas da população, foi onde o Brasil atingiu os resultados mais significativos.

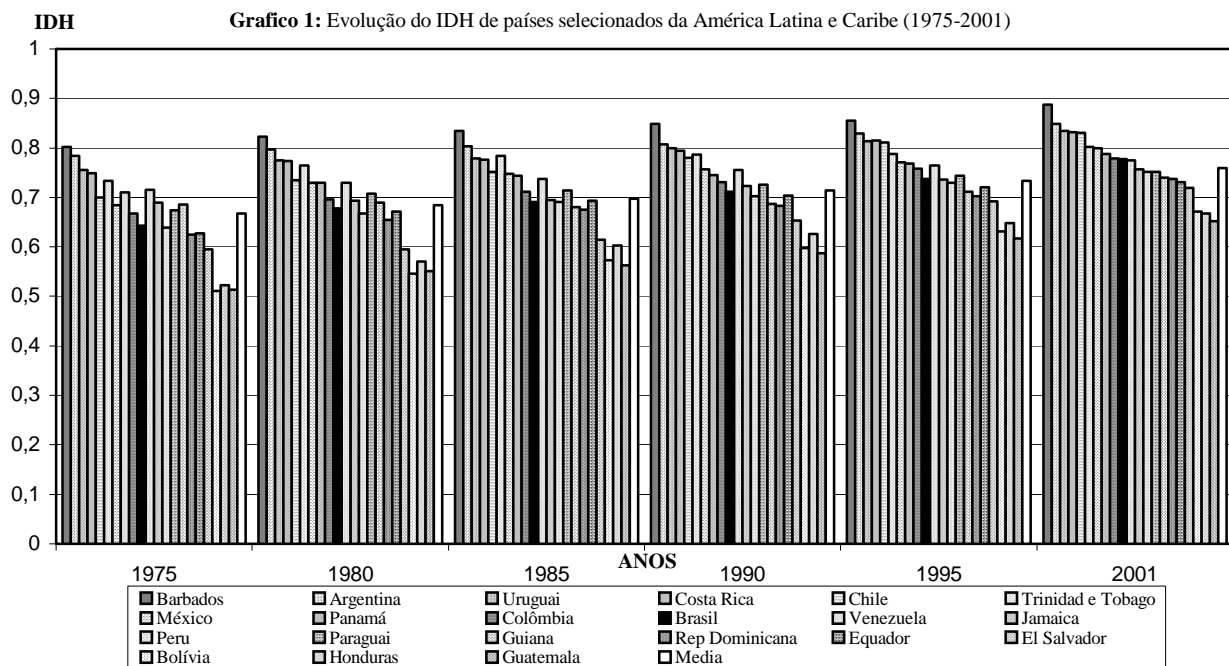
No tocante a dimensão renda, o Brasil<sup>21</sup> exibe a 64<sup>a</sup> maior renda *per capita* do mundo, de acordo com o PNUD (2003). O país possui o mesmo índice de renda da média mundial dos países pesquisados e é ligeiramente superior ao da América Latina e Caribe. Supera a média mundial em educação e expectativa de vida, mas fica abaixo da média do continente sul-americano no último indicador. A dimensão educação, por sua vez, onde o Brasil ocupa a 51<sup>a</sup>

---

<sup>21</sup> Os índices brasileiros são: 0,71 para a saúde (expectativa de vida); 0,72 para a renda (PIB *per capita*) e 0,90 para a educação (taxas de matrícula e alfabetização). Os índices sul-americanos são: 0,75 para a saúde; 0,71 para a renda e 0,86 para a educação. Os índices que expressam a média mundial são: 0,70 para a saúde; 0,72 para a renda e 0,75 para a educação (PNUD, 2003).

entre o universo de 175 países pesquisados nos relatórios, favoreceu muito a classificação mundial do IDH brasileiro. No tocante a educação, o problema encontra-se no acervo de analfabetos do País. Embora, a taxa de alfabetização tenha apresentado um crescimento aproximado de 10% desde 1985, o Brasil teve um progresso muito mais lento comparado ao de outros países. Esse fato reduz a posição do País no desempenho desse indicador, uma vez que possui, conforme o último relatório de desenvolvimento humano, a 10ª melhor taxa de matrícula bruta e apenas a 93ª melhor taxa de alfabetização do universo de países pesquisados.

Em relação à esperança de vida ao nascer, a situação é mais grave. O Brasil possui, segundo o PNUD (2003), expectativa de vida menor do que a de muitos países com metade de sua renda *per capita*, e ou daqueles que estão em posições muito abaixo da brasileira no *ranking* do IDH. Ainda que o Brasil tenha conseguido elevar sua longevidade em 8,3 anos, entre 1975 e 2001, este avanço ficou abaixo do necessário para conquistar melhores posições mundiais, uma vez que o país ocupa apenas a 110ª posição entre 175 países no ranking desse indicador. Países como o Peru, por exemplo, que conseguiu adicionar 13,2 anos à longevidade de sua população, partiu de uma expectativa menor do que a do Brasil conseguindo ultrapassá-la nos últimos 26 anos. A baixa performance do indicador brasileiro é resultante, principalmente, de dois fatores sociais: a taxa de mortalidade infantil, sobretudo, no meio rural, e a taxa de homicídios, nos grandes centros urbanos.



Fonte de dados: Tabela 3.

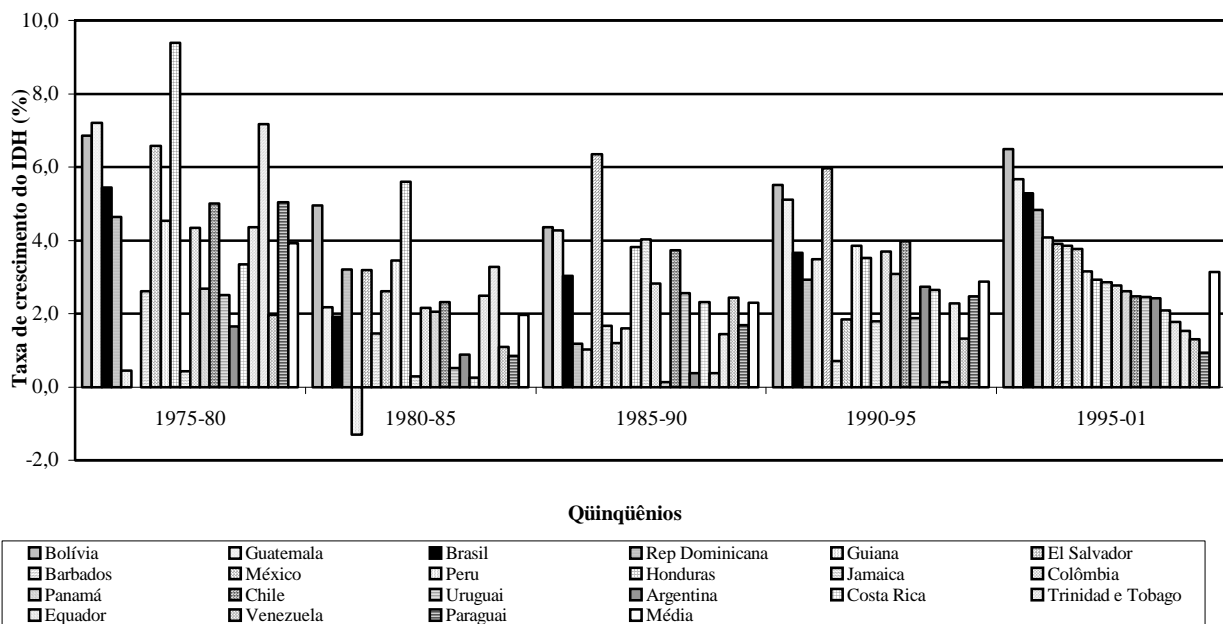
(1) A média do IDH da América Latina e Caribe foi calculada baseada no relatório do PNUD (2003) para todos países que possuíam estatísticas no período 1975-2001. Entretanto, para efeitos de simplificação, optou-se por fazer o gráfico apenas para os países os quais possuíam estimativas em todos os quinquênios do período analisado.

Apesar disso o Brasil vem conseguindo se manter à frente das taxas de crescimento de diversos países latino-caribenhos. Conforme pode ser visto no Gráfico 1, em 1975, o IDH brasileiro era inferior ao de vários países da América Latina e Caribe, como Paraguai, Guiana e Jamaica. Quinze anos depois, o IDH do Brasil era superior ao índice da Guiana. Já, em 1995, ultrapassava o da Jamaica, e, em 2001, estava acima do Paraguai, devido a um crescimento contínuo ao longo do período.

Aliado a isso se destaca o rápido avanço do IDH brasileiro quando comparado ao progresso mais lento de outros países, especialmente com aqueles países latino-americanos em melhor situação inicial à do Brasil. Países como Venezuela e Colômbia, por exemplo, começaram com um IDH muito mais elevado do que o IDH brasileiro em 1975. Entretanto, o Brasil fez progressos muito mais rápidos do que os desses países latino-americanos, quando se comparam os valores dos IDHs em 2001 de ambos países<sup>22</sup>.

Em relação a essa verificação o Gráfico 2 mostra as taxas de crescimento quinquenal do IDH do Brasil e de países selecionados da América Latina e Caribe no período entre 1975 e 2001. Conforme pode ser observado pelo gráfico abaixo, a taxa de crescimento do IDH da maior parte dos países do continente foi mais intensa no primeiro quinquênio do período em questão. No tangente ao Brasil, a taxa de crescimento do IDH foi ligeiramente superior à média da região latina e caribenha em quase todo período. Entretanto, o crescimento do IDH, tanto brasileiro como sul-americano, não ocorreu de maneira uniforme ao longo dos quinquênios.

**Gráfico 2:** Taxas de crescimento quinquenal do IDH de países selecionados da AL e Caribe (1975-2001)



Fonte de dados: Tabela 3.

<sup>22</sup> A taxa de crescimento do IDH da Venezuela e da Colômbia entre 1975 e 2001, foi de 8,4% e 16,8%, respectivamente; enquanto a do IDH do Brasil foi, aproximadamente, 20,8%.

(1) A lacuna, entre 1975-80, refere-se ao IDH do país El Salvador que permaneceu estagnado nesse período.

No início da série estatística (1975-80), a taxa de crescimento do IDH do Brasil foi maior do que a da América Latina e Caribe (as taxas foram, respectivamente, 5,44% e 3,93%). Em compensação, no período subsequente essa tendência se reverteu (1,92% para o Brasil, e 1,96% para a região latina e caribe). Os quinquênios que compreendem os períodos entre 1985 até 1995 apresentaram evolução crescente do IDH brasileiro, sem maiores sobressaltos, porém sempre superior à média dos países latino-americanos e caribenhos. Entre 1985-90 a taxa de crescimento brasileira foi 3,04% e a sul-americano-caribenha 2,34%; enquanto 1990-95 as taxas foram, respectivamente, 3,65% e 2,88%. Em contrapartida, o último período apresentou um crescimento acentuado do IDH brasileiro (5,28%), não sendo constatado igual comportamento para a região Latina e Caribe (3,13%). No entanto, quando se analisa a evolução do IDH nas últimas duas décadas, assinala-se que a maioria dos países da região, inclusive o Brasil, obteve menor ritmo de crescimento nos anos oitenta, e maior progresso social na década de noventa.

## **5 – Considerações Finais**

Ao longo das últimas décadas, o padrão de vida da população brasileira avançou muito na área social, embora o crescimento econômico do Brasil não tenha sido o desejado. De acordo com os dados divulgados pela ONU (2003) o perfil da educação no Brasil melhorou muito nas últimas duas décadas. Reduziu-se a taxa de analfabetismo, aumentou substancialmente o número de matrículas escolares e cresceu a escolaridade média, embora esta ainda seja dois anos a menos do que a nos países de renda *per capita* equivalente à brasileira. Mesma constatação pode ser estendida à saúde. A expectativa de vida subiu e a mortalidade infantil caiu significativamente, sobretudo, nos anos noventa. Os avanços podem ser expandidos até no âmbito econômico. Na atualidade, o Brasil figura entre as nações de economia mais forte do mundo em termos de PIB.

Entretanto, o que se está se questionando são as variações anuais dos indicadores sócio-econômicos que entram na construção do IDH, quando se abstraem as alterações metodológicas que ocorreram ao longo dos relatórios do PNUD. Em relação aos indicadores de expectativa de vida, taxa de alfabetização ou taxa combinada de matrículas do Brasil, em um certo ano a outro, verifica-se que não existiram variações muito significativas dessas variáveis. Mesmo que tivessem ocorrido sensíveis alterações nesses indicadores em um dado período, o IDH não conseguiria refletir às sensíveis melhorias ou deteriorações no desempenho social do País, em um curto espaço de tempo, uma vez que estas corresponderiam a ligeiras variações tanto no índice de educação como no de saúde. Apenas através de uma análise de longo prazo, no mínimo uma década, que poderia ser observada tais alterações.

Em contrapartida, as variações do indicador de renda, por ser uma variável de caráter puramente conjuntural, provocam um peso preponderante nas variações anuais do IDH e, conseqüentemente, na classificação dos países de um ano para outro no *ranking* mundial do desenvolvimento humano. Mais especificamente, no caso brasileiro, as variações do PIB *per capita* em dólares PPC, apuradas pelo PNUD, não representam a verdadeira situação do indicador de renda no País, porque não refletem a distribuição de renda nem o nível de pobreza. Além disso, o cálculo de um índice único (ou médio), em um país que apresenta grandes disparidades nos valores de um atributo qualquer, não representará adequadamente o nível de bem-estar daquele atributo na sua população.

Observa-se, por último, que apesar da metodologia de cálculo, ao longo dos relatórios publicados pelo PNUD, estar em constante aperfeiçoamento técnico para fins de melhorias das estatísticas que compõe o índice, ainda permanece a lacuna referente à análise dos indicadores de pobreza e distribuição de renda. Salienta-se, entretanto, que, como o IDH é um índice sintético relativamente recente, possíveis avanços metodológicos ainda estarão por vir.

## 6 – BIBLIOGRAFIA.

- ACHARYA, Arnab; WALL, Horward J. (1994). An evaluation of united nations' human development index. **Journal of Economic and Social Measurement**, v. 1, n. 20, p. 51 -65.
- GORMELY, Patrick; J. (1995). The human development index in 1994: impact of income on country rank. **Journal of Economic and Social Measurement**, v. 4, n. 21, p. 253 -267.
- ISLAM, Sadequl; (1995). The human development and *per capita* GDP. **Applied Economics Letters**, v. 5, n. 2, p. 166 -67.
- PAULANI, Leda M., BRAGA, Márcio B. (2000). **A nova contabilidade social**, São Paulo: Saraiva, 2000.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD (1990). **Relatório de desenvolvimento humano 1990**: conceito e medida do desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1991). **Relatório de desenvolvimento humano 1991**: financiando o desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1992). **Relatório de desenvolvimento humano 1992**: dimensões globais do desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1993). **Relatório de desenvolvimento humano 1993**: participação das pessoas. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1994). **Relatório de desenvolvimento humano 1994**: segurança humana. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1995). **Relatório de desenvolvimento humano 1995**: questões de gênero. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1996). **Relatório de desenvolvimento humano 1996**: crescimento sem emprego. Lisboa: Tricontinental.

- \_\_\_\_\_ (1997). **Relatório de desenvolvimento humano 1997**: desenvolvimento humano e pobreza. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1998). **Relatório de desenvolvimento humano 1998**: consumo alarga fosso entre ricos e pobres. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (1999). **Relatório de desenvolvimento humano 1999**: globalização com uma face humana. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (2000). **Relatório de desenvolvimento humano 2000**: direitos humanos e desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (2001). **Relatório de desenvolvimento humano 2001**: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (2002). **Relatório de desenvolvimento humano 2002**: aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Lisboa: Tricontinental.
- \_\_\_\_\_ (2003). **Relatório de desenvolvimento humano 2003**: objetivos de desenvolvimento do milênio. Lisboa: Tricontinental.
- RODRIGUES, Maria Cecília P. (1993). O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 7, jul.
- \_\_\_\_\_ (1994). Por que o Brasil subiu no ranking do desenvolvimento?. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 9, set.
- \_\_\_\_\_ (1995). Desenvolvimento humano no Brasil surpreende ONU. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, nov.
- ROMÃO, Maurício C. (1993). **Pobreza: conceito e mensuração**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA. (Série Cadernos de Economia nº 13).